



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639262 - SP (2021/0005951-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : REINALDO ALVES  
**ADVOGADO** : REINALDO ALVES - SP118059  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAFAEL ORTIZ GONCALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL ORTIZ GONCALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0002513-87.2017.8.26.0472).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 500 dias-multa pela prática do delito de tráfico de drogas.

O impetrante sustenta que o apenado preenche os requisitos para a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, na fração máxima, pois é primário, com bons antecedentes e a quantidade de drogas apreendida não foi grande.

Alega a inexistência de motivação válida para a fixação do regime inicial fechado, sendo devida a alteração para o regime mais brando, sob pena de violação dos enunciados das Súmulas n. 718 e 719, ambas do STF, e 440 do STJ.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento final do presente *writ*, que seja aplicada a minorante do tráfico, alterado o regime prisional para o aberto e substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Subsidiariamente, que seja imposto o regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente